

A IMPORTÂNCIA DO DIAGNÓSTICO PRECOCE DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA EM CRIANÇAS PARA O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR

Carlota Belmira de Oliveira Carvalho¹

Jean Carla de Moura Silva²

Maria das Graças Campos Moliterno³

Renata de Souza Ribeiro Paiva⁴

RESUMO

Este estudo aborda a importância de um diagnóstico precoce do Transtorno do Espectro Autista (TEA) para o processo de inclusão escolar. Esta análise foi desenvolvida devido a percepção da falta de aperfeiçoamento de educadores e instituição de ensino no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem desses discentes. Dessa forma, apontaremos as principais características dos indivíduos com TEA e de como oferecer uma educação de qualidade a esses alunos através de métodos de ensino adaptados. Como objetivo geral visamos elaborar medidas de intervenções precoces fundadas em laudos médicos e acompanhamentos terapêuticos. E como objetivos específicos abordar a importância de estimular a criança com TEA e propor atividades educativas para as crianças com o Transtorno do Espectro Autista. Como metodologia utilizou-se a revisão bibliográfica narrativa do tipo qualitativo. A partir do levantamento de literatura foi possível identificar os resultados e discussão referente ao diagnóstico precoce e a inclusão escolar. Conclui-se, para que a inclusão ocorra é necessário reconhecer a singularidade e compreender as particularidades de cada criança com TEA, que o educador seja qualificado e estar em busca de conhecimento e aperfeiçoamentos contínuos e, também o ambiente escolar dispor de métodos e recursos lúdicos para que o processo de ensino aprendizagem ocorra efetivamente.

Palavras-chaves: Transtorno do Espectro Autista. Inclusão escolar. Diagnóstico precoce.

¹ Rede de Ensino Doctum- Unidade Lima Duarte – carlotacarvalho38cl@gmail.com

² Rede de Ensino Doctum- Unidade Lima Duarte – jeancarlamoura05@gmail.com

³ Rede de Ensino Doctum- Unidade Lima Duarte – mariamoliterno4@gmail.com

⁴ Professora da Rede de Ensino Doctum, assistente Social, pedagoga e psicopedagoga. Orientadora deste trabalho – prof.renata.paiva@doctum.edu.br

1. INTRODUÇÃO

A inclusão escolar vem sendo um tema muito abordado, pois crianças com necessidades educativas especiais (NEE) devem frequentar instituições de ensino regular e as escolas devem estar aptas a receber crianças portadoras de diversas síndromes. Assim, os profissionais da educação necessitam de aperfeiçoar e capacitar para recebê-las. Portanto, a inclusão de crianças com NEE deve garantir um conjunto de recursos e serviços educacionais especializados para que esses alunos possam ter uma educação que possibilite um desenvolvimento adequado. Esse estudo será relevante para prática pedagógica de inclusão de crianças com o Transtorno do Espectro Autista (TEA).

São diversos estudos desenvolvidos que buscam explicações para causas e consequências do autismo, no entanto são poucos os avanços referentes ao transtorno. No âmbito escolar o diagnóstico e a estimulação precoce são essenciais para promover uma educação de qualidade a esse educando. Para que ocorra um desenvolvimento educacional desses alunos é essencial uma infraestrutura adequada da escola, um corpo docente qualificado e, também a presença constante da unidade familiar, pois a família desse educando deve acompanhar o dia a dia escolar e promover um diálogo constante entre a rede de ensino e as terapias que a criança realiza no seu cotidiano, para que possa realmente haver estímulos que promovam e desenvolva o aprendizado do aluno.

Neste sentido, como a intervenção precoce pode auxiliar no desenvolvimento infantil de crianças com TEA? Uma escola inclusiva pressupõe um local onde todos os alunos estão incluídos, sem condições que possam limitar o seu direito de participar ativamente no processo escolar de acordo com as suas capacidades, e sem que nenhum deles seja motivo de exclusão. Uma escola torna-se inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos na aprendizagem e busca a participação e o progresso de todos introduzindo novas práticas pedagógicas. A implementação dessas novas práticas não será fácil e imediata, pois dependerá de mudanças que vão além da escola e da sala de aula. A qualidade da educação

para todos os alunos deve ser primordial, pois o docente deve estar preparado e capacitado para a tarefa de ensinar.

A presente pesquisa teve como objetivo geral elaborar medidas de intervenções precoces fundadas em laudos médicos e acompanhamentos terapêuticos. E como objetivos específicos abordar a importância de estimular a criança com TEA e propor atividades educativas para as crianças com o transtorno.

Parte-se das hipóteses que a formação adequada dos professores desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão eficaz de alunos com necessidades especiais, incluindo aqueles com TEA. Assim, os professores precisam aprender estratégias pedagógicas específicas que sejam eficazes para desenvolver com os alunos. Isso pode incluir métodos de comunicação alternativos, técnicas de gerenciamento de comportamento e adaptações curriculares. E como uma segunda hipótese o profissional deve-se qualificar e aperfeiçoar adequadamente, pois é a fundamental para superar as dificuldades na inclusão de alunos com TEA. Além disso, o acesso à informação não apenas capacita os professores, mas também cria um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor para todos os alunos, independentemente de suas necessidades.

Hoje, enfrentamos desafios importantes referente a Educação Inclusiva, pois há uma falta de orientação sobre como lecionar para alunos que têm NEE. O diagnóstico tardio dificulta a inclusão desses alunos nas escolas, o que influencia diretamente o processo eficaz de ensino aprendizagem. Isso também torna a vida dos pais árdua, pois os genitores vão em busca de um processo de ensino aprendizagem adequado para seus filhos, pois observam que devido ao fato do TEA e da falta de um diagnóstico a criança não tem o apoio essencial para o desenvolvimento. Diante desses desafios, é justificável buscar conhecimento para direcionar este estudo de forma envolvente e apontar estratégias de ensino eficazes para os alunos com TEA.

A metodologia utilizada para esse estudo se constituiu de uma revisão bibliográfica narrativa do tipo qualitativo, pois teve como finalidade os conhecimentos referentes ao TEA. A coleta de dados foi através de levantamentos

teóricos sobre os temas buscando assim identificar, descrever e analisar como desenvolver um ensino-aprendizagem de qualidade as crianças com necessidades educativas especiais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Na sociedade, a inclusão de pessoas com necessidades especiais tornou-se necessária em todas as esferas. A escola, como é um ambiente formador de opinião e responsável pelo papel de colaborar no processo de formação do indivíduo deve ser o primeiro local a valorizar e incluir alunos com alguma necessidade especial a Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, aborda:

Art. 5º Consideram-se educandos com necessidades educacionais especiais os que, durante o processo educacional, apresentarem: I - dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos: a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica; b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências; II - dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis; III - altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes. (Resolução nº 2, de 11/09/2001 p. 70).

Segundo Gil (2005) dentro do contexto mundial, há algumas declarações que abordam a importância de assegurar o direito à Educação para todos os cidadãos, entre elas pode-se citar a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), a Declaração de Salamanca (1994), a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência (1999), Lei Berenice Piana (2012) e Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência -2015) são alguns dos mais importantes documentos produzidos referente a inclusão escolar.

Já a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) aborda um dos principais objetivos “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação” (Art.3, inciso IV). Define, no

artigo 205, “a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho”. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante, como o dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (Art.208). Sendo que as Leis de Diretrizes e Bases (LDB) e o Estatuto das Crianças e dos Adolescentes (ECA) reiteram e complementam os artigos supracitados apresentados na Constituição Brasileira.

Portanto, fica explícito que todas as pessoas com necessidades especiais têm os mesmos direitos e liberdades básicos que as demais pessoas. Assim, todos os alunos devem receber uma educação competente e adequada e contar com profissionais devidamente treinados e qualificados para oferecer uma educação inclusiva de qualidade. E o professor habilitado tem a função de garantir ao aluno recurso e amparo educacional especializado. Quanto a escola deve ser adaptada para atender todos os alunos sem distinção não devendo discriminar qualquer pessoa em razão de uma deficiência ou sob qualquer outro pretexto. A Declaração de Salamanca afirma que:

As competências necessárias para satisfazer as necessidades educativas especiais devem ser tidas em consideração na avaliação dos estudos e na certificação dos professores [...] A formação em serviço deverá realizar-se, sempre que possível, ao nível da escola, através da interação com os orientadores e apoiados pela formação à distância e outras formas de autoformação (BRASIL, 1994, p. 27-28).

Gradualmente, observamos que as leis passaram a demonstrar uma crescente preocupação com a educação dos indivíduos com TEA. Em 27 de dezembro de 2012, foi sancionada pela Presidente da República, Dilma Rousseff, a Lei Nº 12.764 (Lei Berenice Piana), que prevê a política nacional da proteção dos direitos da pessoa com TEA. A Lei aponta que:

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para sua consecução.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na

forma dos seguintes incisos I ou II:

I - Deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II - Padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos. (Brasil, 2012, Art. 01).

Recentemente, foi promulgada a Lei Nº13.146, de 6 de julho de 2015 que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Essa lei unifica todas as leis existentes que apoiaram a inclusão das pessoas com deficiência, destacando seu progresso nos princípios fundamentais de cidadania. De acordo com a atual Lei 13.146/2015:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015, Art.27).

Como podemos observar, as leis de inclusão garantem que as pessoas com deficiência recebam atendimento inclusivo desde o início de sua vida escolar, abrangendo todos os níveis e modalidades de ensino, além de promoverem o aprendizado ao longo de toda a vida. Isso, por sua vez, facilita a conquista e o exercício da autonomia por parte dessas pessoas.

Sendo assim, o professor tem como artifício organizar e adaptar recursos como forma de intervenção com a finalidade de facilitar e mediar o acesso ao conteúdo lecionado a esses alunos com NEE, bem como o uso de tecnologia para o benefício da aprendizagem, proporcionando ao discente um acesso adaptado à informação dada em aula e que colabore com a sua formação. Silva et al (2012) intensifica que “além do preparo técnico e pedagógico, os professores precisam de suporte psicológico e uma boa relação com as famílias para lidarem com os desafios da inclusão” (2012. p.112).

Segundo Gilberg (1990) O autismo, é uma “síndrome comportamental com

etiologias múltiplas e curso de um distúrbio de desenvolvimento”. São diversos estudos desenvolvidos que buscam explicações para causas e consequências do autismo, no entanto são poucos os avanços referentes a síndrome. O termo autismo vem do grego “autos”, que significa “de si mesmo. O teórico Kanner foi o primeiro estudioso a descrever o quadro clínico do autismo e fez a primeira publicação clínica reconhecida sobre o assunto, datada de 1943. Segundo o autor (Apud KELMAM, et al, 2010), algumas características marcantes do autismo são:

Tendência ao isolamento, ausência de movimento antecipatório, dificuldades na comunicação, alterações na linguagem, com ecolalia e inversão pronominal, problemas comportamentais com atividades e movimentos repetitivos, resistência a mudanças e limitação de atividade espontânea. Bom potencial cognitivo, embora não demonstrassem. Capacidade de memorizar grande quantidade de material sem sentido ou efeito prático. Dificuldade motora global e problemas com a alimentação. (KANNER, apud MENEZES, 2012, p. 37).

Diante do exposto, apresenta-se na tabela 1 os critérios utilizados para diagnosticar o Autismo considerando o espectro das características:

TABELA 1 - Critérios diagnósticos do TEA conforme descrição do DSM-5

Critérios	Descrição
A	Deficiências persistentes na comunicação e interação social: <ol style="list-style-type: none"> 1. Limitação na reciprocidade social e emocional; 2. Limitação nos comportamentos de comunicação não verbal utilizados para interação social; 3. Limitação em iniciar, manter e entender relacionamentos, variando de dificuldades com adaptação de comportamento para se ajustar às diversas situações sociais;
B	Padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades, manifestadas pelo menos por dois dos seguintes aspectos observados ou pela história clínica: <ol style="list-style-type: none"> 1. Movimentos repetitivos e estereotipados no uso de objetos ou fala; 2. Insistência nas mesmas coisas, aderência inflexível às rotinas ou padrões ritualísticos de comportamentos verbais e não verbais; 3. Interesses restritos que são anormais na intensidade e foco; 4. Hiper ou hiporreativo a estímulos sensoriais do ambiente

C	Os sintomas devem estar presentes nas primeiras etapas do desenvolvimento. Eles podem não estar totalmente manifestos até que a demanda social exceder suas capacidades ou podem ficar mascarados por algumas estratégias de aprendizado ao longo da vida.
D	Os sintomas causam prejuízo clinicamente significativo nas áreas social, ocupacional ou outras áreas importantes de funcionamento atual do paciente
E	Esses distúrbios não são melhores explicados por deficiência cognitiva ou atraso global do desenvolvimento

Fonte: DSM-5 (2014)

A tabela aponta os critérios para o diagnóstico do autismo, a partir desses apontamentos cada profissional deve criar suas estratégias na avaliação de cada criança. O diagnóstico segundo Mello (2007) deve ser realizado por um profissional especializado, podendo ser um médico neuropediatra ou um psiquiatra especializado na área do autismo, uma equipe multiprofissional, pois cada profissional pode apontar a área do desenvolvimento a ser melhor desenvolvido durante as terapias. Outro fator relevante que aponta Muller (2013 p. 26) é que: “O diagnóstico do Autismo ou de seus correlatos é basicamente clínico, não existindo exame complementar ou marcador biológico que o caracterize e/ou esteja validado até o momento.” A tabela abaixo apresenta os níveis do autismo e suas principais características.

TABELA 2 - Níveis do Transtorno do Espectro Autista

Nível 1 de suporte – Leve: pouco apoio	o paciente consegue se comunicar sem suporte, mas nota-se uma dificuldade em iniciar interações sociais, um interesse reduzido nessas interações, respostas atípicas a aberturas sociais e tentativas frustradas de fazer amigos.
Nível 2 de suporte – Moderado: apoio substancial	o paciente precisa de suporte, apresentando maior dificuldade tanto na comunicação verbal quanto não verbal, além de déficits aparentes na interação social.

<p>Nível 3 suporte – Severo: apoio muito substancial</p>	<p>o paciente precisa de apoio muito substancial e quase não tem habilidade de comunicação, apresentando fala ininteligível ou de poucas palavras e respostas sociais mínimas.</p>
--	--

Fonte: Adaptado DSM, 2014.

É notório, a partir da tabela 2, que cada nível de autismo apresenta características distintas. As crianças com TEA devem ser compreendidas em sua natureza e vistas como um indivíduo que pode desenvolver suas habilidades com a ajuda de estratégias apropriadas. O autismo tem sido um tema desafiador para os pesquisadores de todas as áreas, pois não há conhecimento profundo de suas características específicas. Segundo Bourdini e Bruni (2014, p. 220):

Espectro Autista é um conceito que facilita a compreensão de que autismo é uma condição muito variável de um caso para o outro. O transtorno seja relacionado a uma linha de dificuldades e competências, compreendendo desde quadros mais graves, com maior dependência de outras pessoas (autismo de baixo funcionamento), até quadros mais leves, com alterações sutis, muitas vezes nem identificado ao longo da vida da pessoa (autismo de alto funcionamento) (BOURDINI e BRUNI, 2014, p.220).

Assim o ambiente escolar e o profissional qualificado devem estar aptos a receberem o aluno com TEA, pois cada indivíduo é único e tem suas singularidades. E ainda, observa-se que crianças autistas não apresentam no dia a dia características comuns em relação a outro indivíduo com o transtorno a partir daí o profissional deve ser capacitado para compreender e socializar a criança no ambiente educacional. A escola, como é um ambiente formador de opinião, é responsável por colaborar no processo de formação do indivíduo e, também deve ser o primeiro local a valorizar e incluir alunos com alguma necessidade educacional especial e estar adequadamente adaptada e ter aparatos, como, materiais pedagógicos e lúdicos para oferecer aos alunos para que haja estímulos que desenvolva o aprendizado e ainda, oferecer ao discente uma convivência saudável com os demais alunos da classe. E o educador deve estar apto para desenvolver e incentivar a autonomia do aluno e, assim como a concentração nas tarefas diárias para que o aluno desenvolva sua autonomia no ambiente escolar. Portanto, todos os alunos devem receber uma educação competente e adequada

e contar com profissionais devidamente treinados e qualificados para oferecer uma educação inclusiva de qualidade. E o professor tem a função de garantir ao aluno recurso e amparo educacional especializado. A Declaração de Salamanca afirma que:

As competências necessárias para satisfazer as necessidades educativas especiais devem ser tidas em consideração na avaliação dos estudos e na certificação dos professores [...] A formação em serviço deverá realizar-se, sempre que possível, ao nível da escola, através da interação com os orientadores e apoiados pela formação à distância e outras formas de autoformação (BRASIL, 1994, p. 27-28).

Sendo assim, o professor tem como artifício organizar e adaptar recursos como forma de intervenção com a finalidade de facilitar e mediar o acesso ao conteúdo lecionado a esses alunos com NEE, bem como o uso de tecnologia para o benefício da aprendizagem, proporcionando ao aluno um acesso adaptado à informação ofertada em aula e que colabore com a formação do discente.

Então, para alunos com TEA o diagnóstico precoce é fundamental para um progresso educacional, pois a partir da identificação do transtorno será oferecido terapias necessárias à criança e a escola terá um suporte para desenvolver atividades e métodos que corrobore com a aprendizagem do educando. Assim, melhor será seu desenvolvimento cognitivo e a interação social no processo de escolarização. No entanto, o diagnóstico tardio ainda prevalece em diversas situações entre elas a desinformação, a carência e, também a falta de aceitação de algumas famílias em relação ao diagnóstico. Mello (2007, p.11) afirma:

A família passa a vivenciar também uma fragilidade psíquica, causada pelo medo da situação nova, diferente, inesperada, preconceito diante da sociedade. Os preconceitos existentes dentro da própria família geralmente velados, e desconhecidos, que eclodem nesse instante entram em contato com essa realidade familiar e social. (MELLO, 2007, p. 11)

Aos quatro anos a criança inicia os estudos no ensino regular e ausência de um diagnóstico dificulta o processo de ensino-aprendizagem e as medidas que a escola e o professor podem implementar para oferecer um aprendizado a esse aluno com TEA durante a educação infantil é primordial para o desenvolvimento da criança ao longo da vida estudantil. De acordo com Portolese et al. (2020, p. 2):

Estudos apontam que crianças com TEA têm prejuízos no comportamento adaptativo começando aos 12 meses, muito antes do período padrão do diagnóstico. Atrasos no comportamento adaptativo impactam negativamente não só no curso e prognóstico (resultados funcionais) de crianças com TEA, mas também naquelas em que existem outras preocupações com o neurodesenvolvimento. Isto torna ainda mais importante as intervenções específicas e precoces, pois podem alterar a evolução natural do transtorno, uma vez que essas habilidades podem ser ensinadas. (Portolese 2020, p. 2)

Sendo assim, o professor, seja qual for a inclusão escolar do aluno, deve propor atividades diárias que priorizam o ensino-aprendizagem e valorize o progresso constante de seu aluno. Para isso, o profissional deve traçar estratégias pedagógicas/didáticas que sejam efetivamente eficientes no processo educacional inclusivo. Estratégias diferenciadas são de suma importância para que ocorra a prática pedagógica. Drago aponta algumas estratégias para a inserção da prática pedagógica para promover a inclusão, estas com algumas adaptações.

- ✓ Que o aluno seja estimulado em todas as suas fases/etapas escolares[...].
- ✓ Que haja uma contextualização do conteúdo à idade e ao nível de aprendizagem de desenvolvimento da criança/aluno [...].
- ✓ Que haja a promoção de atividades imaginativas com o uso de histórias infantis e de faz de conta dentro e fora da sala de aula, já que essas atividades estimulam a criatividade, o pensamento abstrato, a percepção espaço/temporal, a orientação, a mobilidade, a lateralidade, o reconhecimento de diferentes épocas e linguagens, diferentes emoções, dentre outras características tipicamente humanas.
- ✓ Que se faça a utilização de materiais concretos para a formação de conceitos, competências e habilidades das/nas diversas áreas do conhecimento [...].
- ✓ Que se faça o emprego de recursos audiovisuais e de musicalização para facilitar a compreensão e a aprendizagem significativa [...].
- ✓ Que se priorize a valorização do contato físico, demonstração de afeto e carinho, valorização das relações interpessoais [...].
- ✓ Que se processe a reorganização/ressignificação do espaço tempo das aulas/atividades, já que muitos estudos têm mostrado que as pessoas com determinados tipos de deficiências ou determinados transtornos globais do desenvolvimento demandam um tempo maior para realizar determinadas tarefas e é esse o caso dos portadores da Síndrome de Asperger, Transtorno do Espectro Autista e Síndrome de Down.
- ✓ Que, dentro das possibilidades, se utilize todos os recursos da moderna tecnologia disponíveis.
- ✓ Que o aluno seja visto como sujeito real da ação educativa [...].
- ✓ Que a sala de aula e escola, de modo geral, sejam ambientes acolhedores, agradáveis e estimulantes. [...]
- ✓ Que o professor e a escola de modo geral busquem informações sobre as características específicas da Síndrome da qual o aluno é portador no sentido de pensar novas/outras ações e propostas de trabalho a partir do conhecimento do sujeito [...]. (DRAGO et al 2012 adaptado).

Drago aponta algumas estratégias para a inserção da prática pedagógica para promover a inclusão, ou seja, que o aluno seja estimulado em todas as suas fases/etapas escolares havendo contextualização do conteúdo conforme à idade e ao nível de aprendizagem de desenvolvimento da criança/aluno e que haja a promoção de atividades imaginativas com o uso de histórias infantis utilizando materiais concretos para a formação de conceitos, competências e habilidades das/nas diversas áreas do conhecimento empregando também recursos audiovisuais e de musicalização para facilitar a compreensão e a aprendizagem. “O autismo requer do sistema educacional duas coisas importantes: diversidade e personalização.” (REVIERE, 2004, p.248)

A socialização da criança na escola é também de grande importância, pois é nesse local que a criança põe em prática os seus comportamentos e hábitos, uma vez que os professores e os companheiros da mesma idade desempenham um papel de fundamental importância para o desenvolvimento. Segundo Ropoli “A inclusão escolar impõe uma escola em que todos os alunos estão inseridos sem quaisquer condições pelas quais possam ser limitados em seu direito de participar ativamente do processo escolar.” (ROPOLI, 2010, p.8) Portanto, a inclusão de crianças com necessidades especiais na rede regular de ensino pode ser um elo transformador na vida educacional do educando e essencial, pois possibilitará a o desenvolvimento intelectual e, também o social da criança.

3. METODOLOGIA

A metodologia utilizada para esse estudo se constituiu de uma revisão bibliográfica narrativa do tipo qualitativa, pois, tem a finalidade de aprofundar os conhecimentos referente ao diagnóstico precoce do Transtorno do Espectro Autista para o processo de inclusão escolar. A coleta de dados foi através de levantamentos teóricos sobre o tema buscando assim identificar, descrever e analisar como desenvolver um ensino-aprendizagem de qualidade as crianças com necessidades especiais. O objetivo da pesquisa é exploratório, pois constitui

de um estudo mais amplo referente as estratégias utilizadas para amenizar as desigualdades educacionais. Gil (2002, p. 44) afirma que:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. (GIL 2002, p. 44).

A pesquisa utilizou levantamento de informações acerca do tema em fontes científicas e informativas, identificando dados compatíveis com o tema, entre estudos já realizados, em livros, revistas, artigos, trabalhos científicos e sites da internet, por meio de downloads, ou aquisição de livros, examinando-os a partir da leitura e fichamento. Após a análise e a compatibilidade com o projeto em questão, a confiabilidade dos dados e a utilidade das informações para o presente estudo e pesquisas foram fundados argumentos para a elaboração da pesquisa. Esta revisão tem como fundamento desenvolver tópicos ligados à importância do diagnóstico precoce para o processo de ensino-aprendizagem.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram apresentados seis artigos, de pesquisas realizadas no Brasil, que tratassem da temática escolhida entre os anos de 2012 e 2018. Os artigos selecionados encontram-se descritos conforme ano de publicação, título e autoria no Quadro 1.

QUADRO 01: Artigos selecionados referente ao Transtorno do Espectro Autista X Inclusão Escolar, com ano, título e autor.

A n o	Título	Autores
2011	A inclusão escolar de um aluno com autismo: diferentes tempos de escuta, intervenção e aprendizagens.	Carla Andréa Brande Camila Cilene Zanfelice

2		
2 0 1 3	Inclusão educacional de pessoas com Autismo no Brasil: uma revisão da literatura	Debora Regina de Paula Nunes Mariana Queiroz Orrico Azevedo Carlo Schmidt
2 0 1 6	Autismo infantil: impacto do diagnóstico e repercussões nas relações familiares	Rayssa Naftaly
2 0 1 7	A inclusão de estudantes com autismo na rede municipal de ensino de Maceió	Daniela Mendonça Ribeiro Nínive Rodrigues Cavalcanti de Melo Ana Carolina Sella
2 0 1 7	Transtornos do espectro do autismo e educação inclusiva: análise de atitudes sociais de professores e alunos frente à inclusão	Maria Cláudia Brito
2 0 1 8	Transtorno do espectro autista	Simone Saraiva

Fonte: Dados de pesquisa- próprio autor (2023)

Pelo quadro 01 observa-se que todos os estudos apontam para a importância da inclusão escolar de alunos com TEA. A partir desse levantamento bibliográfico de dados, através da pesquisa nos artigos científicos e no embasamento teórico desse estudo direcionados a inclusão de crianças com TEA na fase escolar, foi apontado que obtendo um diagnóstico precoce a criança poderá ter um desenvolvimento eficiente no processo de ensino-aprendizagem.

A pesquisa conduzida por Brande e Zanfelic (2012) com o título "A inclusão escolar de um aluno com autismo: diferentes tempos de escuta, intervenção e

aprendizagens" o artigo aponta que cada aluno tem seu próprio ritmo de aprendizagem, baseado em seus interesses e conhecimento prévio, e destaca também o papel do professor em fornecer recursos para a aprendizagem. O estudo tinha como objetivo observar o desenvolvimento da criança nos aspectos afetivo social e pedagógico.

A pesquisa de Nunes, Azevedo e Schmiat (2013) com o título "Inclusão educacional de pessoas com Autismo no Brasil: uma revisão da literatura" destaca que a legislação garante o direito de todas as crianças, com ou sem deficiência, de frequentar escolas regulares. No entanto, os autores observaram que ainda há falta de conhecimento sobre as melhores práticas para lidar com crianças com TEA. Concluíram que, embora haja mais inclusão nas escolas, há uma falta de conhecimento sobre o transtorno e os professores, muitas vezes, não estão qualificados para lidar com esses estudantes com TEA.

Os resultados da pesquisa conduzida por Naftaly (2016) intitulada como "Autismo infantil: impacto do diagnóstico e repercussões nas relações familiares" aponta que as famílias frequentemente encontram dificuldades ao lidar com a revelação do diagnóstico de autismo em seus filhos. Mesmo quando o diagnóstico é confirmado, a maioria das pessoas tende a buscar meios de negar essa realidade.

Ribeiro e Melo, (2017), em sua pesquisa intitulada "Inclusão de Estudantes com Autismo na rede Municipal de Ensino de Maceió", Os resultados da pesquisa revelaram uma carência significativa no aperfeiçoamento dos professores, e ainda, apontaram falta de recursos lúdicos pedagógicos e meios inadequados de avaliação.

O estudo de Brito (2017) intitulado como "Transtornos do espectro do autismo e educação inclusiva: análise de atitudes sociais de professores e alunos frente à inclusão" analisou a postura dos professores com os alunos com TEA. Foi argumentado a questão do convívio entre os alunos típicos e alunos atípicos, autistas, que ainda são rejeitados. O autor ainda destacou a importância de práticas pedagógicas corretas para garantir a inclusão das crianças com TEA ou

outras deficiências nesse contexto.

O estudo de Saraiva (2018) “Transtorno do espectro autista” destaca o progresso nos critérios e diagnóstico do TEA. O estudo ainda apontou a urgência da adaptação de escolas para acolher alunos com essa condição ressaltando a necessidade de ampliar a pesquisa científica para investigar diversas causas, características individuais e abordagens terapêuticas para o TEA.

Dessa forma, ficou evidente que o profissional qualificado que atua com alunos com NEE deve elaborar estratégias dinâmicas e eficientes para tornar o aprendizado prazeroso para os alunos, pois é notório que muitos profissionais não capacitam e, também não aperfeiçoam métodos de ensino lúdicos e atraentes para favorecer a aprendizagem do educando. O que se pode observar no documento produzido pelo Ministério da Educação referente a Educação Especial que afirma:

A inclusão escolar, enquanto paradigma educacional tem como objetivo a construção de uma escola acolhedora, onde não existam critérios ou exigências de natureza alguma, nem mecanismos de seleção ou discriminação para o acesso e a permanência com sucesso de todos os alunos. Este paradigma requer um processo de resignificação de concepções e práticas no qual os educadores passem a compreender a diferença humana em sua complexidade, não mais como um caráter fixo e um lugar: preponderantemente no outro, mas entendendo que as diferenças estão sendo feitas e refeitas e estão em todos e cada um. Ao mesmo tempo, contribui para transformar a realidade histórica de segregação escolar e social das pessoas com deficiência, tornando efetivo o direito de todos à educação. (BRASIL, 2006).

A escola também deve utilizar métodos modernos de tecnologia para tornar a aprendizagem lúdica aos alunos. E o fator que deve ser muito bem trabalhado na escola é com ambientes acolhedores, agradáveis e estimulantes, pois assim os alunos sentirão prazer em estar na escola. Assim, é de suma importância que o professor e a escola, de modo geral, busquem informações sobre as características específicas da síndrome da qual o aluno é portador no sentido de pensar novas ações e propostas de trabalho a partir do conhecimento do sujeito. Camacho (2003, p. 9) afirma que:

Estabelecer um tipo de escola capaz de adaptar-se, acolher e cultivar as diferenças como um elemento de valor positivo, e a abertura de um espaço pluralista e multicultural, no qual se mesclam as cores, os gêneros, as capacidades, permitindo assim o acesso a uma escola, uma educação, na

qual todos, sem exclusão, encontrem uma resposta educativa de acordo com as suas necessidades e características peculiares. Camacho (2003, p. 9).

A socialização do aluno na escola é imprescindível, pois é nesse local que o discente coloca em prática os seus comportamentos e hábitos, uma vez que os professores e os companheiros da mesma idade desempenham um papel essencial para o desenvolvimento do indivíduo com NEE. Portanto, a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino pode ser um elo transformador na vida educacional do educando. Segundo a Constituição Federal de 1988 em seu Artigo 205, é “direito de todos e dever do Estado e da família”, a escola não pode cometer equívocos e injustiças, deixar de levar em conta as especificidades de cada aluno. Todos aprendem e “se o aluno não aprende como ensinamos, é preciso ensinar tal qual ele aprende” (MUSKAT, et al 2012). Cunha, (2009, p. 61) acrescenta que por meio da convivência na escola e do currículo o aluno poderá descobrir:

- que as pessoas ao seu redor são importantes;
- os valores de amizade;
- o afeto, o carinho e o amor;
- as regras sociais que ajudam a memorização;
- o convívio com outras crianças;
- as rotinas diárias que ajudarão sua independência e autonomia;
- a importância de compartilhar sentimentos e interesses. (Cunha,2009, p.61)

Além disso, é crucial que os professores priorizem a atenção e concentração durante o processo de ensino-aprendizagem, atendendo às necessidades específicas não apenas dos alunos autistas, mas de todos os estudantes. Segundo Carvalho, (2010, p.103) tanto os parâmetros curriculares, quando os currículos da escola precisam:

- ser abertos e flexíveis para possíveis modificações;
- permitir análises sob os aspectos filosóficos-ideológico, antropológicos, sociológicos, psicológicos, epistemológico e pedagógico;
- contemplar a aprendizagem significativa, a memorização compreensiva e a funcionalidade do aprendido;
- estimular, no aluno, o aprender a aprender e o saber pensar;
- incluir todos os aspectos da realidade (fatos, conceitos, procedimentos, normas, valores, aptidão);
- Abster-se de propor apenas um método;
- prever um conjunto de ações de avaliações (não apenas as do aluno).

(Carvalho, 2010, p.103).

Adaptar os currículos para atender a todos os alunos é uma tarefa árdua, porém é o profissional qualificado deve observar as necessidades de sua classe, pois assim poderá oferecer um ensino de qualidade aos educandos. “Repensar o currículo e as metodologias utilizadas é da maior urgência para evitar os elevados e inaceitáveis índices de fracasso escolar com que temos convivido.” (CARVALHO, 2010, p. 113). Segundo a Declaração da Salamanca:

Os currículos devem adaptar-se às necessidades da criança e não vice versa. As escolas, portanto, terão de fornecer oportunidades curriculares que correspondam às crianças com capacidades e interesses distintos. As crianças com necessidades especiais devem receber apoio pedagógico suplementar no contexto do currículo regular e não um currículo diferente. O princípio orientador será o de fornecer toda a mesma educação, proporcionando assistência e os apoios suplementares aos que deles necessitem. (DECLARAÇÃO DA SALAMANCA, 1994, p. 22).

Para fazer inclusão, ainda de acordo com a Declaração da Salamanca:

Cada escola deve ser uma comunidade, conjuntamente responsável pelo sucesso ou insucesso de cada aluno. É a equipe pedagógica mais do que o professor individual, que se encarregará da educação das crianças com necessidades especiais, convidando, também os pais e voluntários a desempenharem um papel ativo no trabalho da escola. Os professores exercem, no entanto, ação fundamental como gestores do processo educativo, apoiando os alunos na utilização de todos os recursos disponíveis quer dentro quer fora da sala de aula. (DECLARAÇÃO DA SALAMANCA, 1994, p.22-24).

A inclusão escolar, de acordo com a lei, é necessária para todos. Dessa forma, quando uma criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é inserida em uma escola regular, ela tem a oportunidade de interagir com outras crianças, o que contribui para o desenvolvimento de sua linguagem e melhoria no convívio social. É importante destacar que a escola representa a primeira experiência da criança com a sociedade, tornando a inclusão ainda mais crucial nesse contexto. “Valorizando os alunos com os recursos de ensino-aprendizagem e reconhecendo que o processo de aprender, além de individual é, em grande medida, um processo social, contribuiu para a melhoria de sua prática pedagógico.” (CARVALHO, 2010, p. 68). Assim toda a escola juntamente com os pais deve estar apta a incluir a criança ao processo de ensino-aprendizagem e no convívio escolar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante ao exposto neste artigo e após uma análise criteriosa, conclui-se que o estudo teve como objetivo auxiliar o professor no processo de inclusão do aluno com Transtorno de Espectro Autista, visto que, é necessário entender a variedade de comportamento do aluno para auxiliar na inclusão. E para esses alunos recomenda-se que seja oferecido profissionais qualificados para um desenvolvimento eficiente e de qualidade.

A inclusão do aluno com TEA é essencial para seu desenvolvimento, principalmente no âmbito social e comunicativo, visto que é necessário um profissional preparado, que busque alternativas criativas, lúdicas e adaptadas para facilitar a aprendizagem das crianças com o transtorno. Todavia, para que haja um bom desenvolvimento educacional é necessário prestar apoio e capacitação aos profissionais que vão atuar com o aluno.

Certamente, estudos e pesquisas sobre inclusão escolar têm se concentrado na capacitação dos professores para apoiar alunos com o transtorno. Contudo, estabelecer relações afetivas positivas com esses alunos é crucial, pois o educador tem a responsabilidade de transmitir conhecimento de maneira compreensível, promovendo a confiança, autonomia e interação social do aluno, aspectos estes essenciais para o seu desenvolvimento global. É fundamental reconhecer a singularidade de cada criança, compreendendo suas particularidades e personalidade, o que facilitará a comunicação e o trabalho conjunto. O presente estudo tem grande relevância para o licenciado em pedagogia, pois aborda informações relevantes sobre um o contexto educacional e alunos com necessidades educacionais especial, no caso TEA. Novos estudos devem ser realizados sobre a temática, pois poderão ser utilizados como fonte de informação para professores e acadêmicos que atuam com diversos alunos em seu dia a dia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- American Psychiatry Association (APA). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais-DSM-V*. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- BOURDINI, D.; BRUNI, A. R. Transtorno do espectro autista. In: ESTANISLAU, G. M., & BRESSAN, R. A. (Orgs.). *Saúde Mental na Escola: o que os educadores devem saber*. Cap. 16, p. 220-228, São Paulo: Artmed. 2014.
- BRANDE, C. A.; ZANFELICE, C. C. *A inclusão escolar de um aluno com autismo: diferentes tempos de escuta, intervenção e aprendizagens*. Revista Educação Especial, [s.l.], v. 25, n. 42, p.43- 56, 26 mar. 2012.
- BRASIL. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília: UNESCO, 1994.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988.
- BRASIL. *CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001*. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.
- BRASIL. *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência*. Brasília: 2015.
- Brasil. LDB, *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Senado Federal. Brasília 2006.
- BRASIL. *Lei Federal nº 12.764/2012, de 27 de dezembro de 2012*. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF: 28 dez. 2012.
- BRITO, M. C. *Transtornos do espectro do autismo e educação inclusiva: análise de atitudes sociais de professores e alunos frente à inclusão*. Revista Educação Especial, [s.l.], v. 30, n. 59, p.657- 668, 7 nov. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/28086/pdf>>. Acesso em: 10 set. 2023.
- CAMACHO, O. T. Atenção à diversidade e educação especial. In: STOBAUS, C. D.; MOSQUERA, J.J. M.(Orgs.). *Educação especial: em direção à educação inclusiva*. Porto alegre: EDIPUCRS, 2003.
- CARVALHO, Rosita Edler. *Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico*. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.
- CUNHA, Eugênio. *Autismo e Inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família*. Rio de Janeiro: Wak, 2009.
- DRAGO, Rogério (Organizador). *Síndromes: conhecer, planejar e incluir*. Rio de

Janeiro: Wak Editora, 2012.

GIL, A. C. *Como elaborar um projeto de pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, M. (Coord.) *Educação Inclusiva: o que o professor tem a ver com isso*. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.

GILLBERG, C. (1990). *Autism and pervasive developmental disorders*. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 31, 99-119.

KANNER, L. apud. KELMAM, C. A. [et al]. ALBUQUERQUE, D. e BARBATO, S. – Organizadoras. *Desenvolvimento Humano, educação e inclusão escolar*. Brasília, Editora UnB, 2010.

MELLO, Ana Maria S. Ros de. *Autismo: Guia Prático – 7ª ed*. Brasília: CORDE, 2007.

MENEZES, A. R. S. *Inclusão escolar de alunos com autismo: quem ensina e quem aprende?* Dissertação de Mestrado, UERJ, 2012.

MULLER, C.; *Conhecimento dos estudantes de medicina acerca do Autismo em uma universidade do Rio Grande do Sul*. Dissertação de mestrado em Saúde da criança e do adolescente. UFRS – Porto Alegre – RS, 2012.

MUSZKAT, Mauro; RIZZUTTI, Sueli. *O Professor e a Dislexia*. São Paulo: Cortez, 2011.

NAFTALY, Rayssa. TORQUATO, I; COLLET, N; REICHERT, A; NETO, V; SARAIVA, A. 2016. *Analisar o contexto da Revelação do diagnóstico do autismo e o impacto deste nas relações familiares*. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/rgenf/article/view/61572/38762>>. Acesso em: 07 set. 2023.

NUNES, D. R. P.; AZEVEDO, M. Q. O.; SCHIMIDT, C. *Inclusão educacional de pessoas com Autismo no Brasil: uma revisão da literatura*. Revista Educação Especial, [s.l.], v. 26, n. 47, p.557-572, 6 nov. 2013.

PORTOLESE, Joana BANDEIRA, Gabriela. LAPLANTE, Kenny. *A importância do diagnóstico e intervenção precoce no autismo*. (2020) Autismo e Realidade. disponível em: <http://<https://autismoerealidade.org.br/2020/11/25/a-importancia-do-diagnostico-e-intervencao-precoce-no-autismo/>>. Acesso em 20 set.2023.

RIVIÈRE, Ángel. O autismo e os transtornos globais do desenvolvimento. In: COLL, César; ÁLVARO, Marchesi; PALACIOS, Jesus. *Desenvolvimento psicológico e educação - Transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais*;3. Porto Alegre: Artmed, 2004.

RIBEIRO, D. M.; MELO, N. R. C.; SELLA, A. C. A Inclusão de Estudantes com Autismo na Rede Municipal de Ensino de Maceió. *Revista Educação Especial*, v. 30, n. 58, p.425-440, 8 ago. 2017.

SARAIVA, Simone; MAZETE, B; BRITO A; VASCONCELOS, M. *Transtorno do espectro autista*. 2018.

SILVA. Ana Beatriz Barbosa. *Mundo Singular - Entenda o Autismo*, Rio de Janeiro. ED. Fontanar, 2012.